



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{ma} Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. 932
Ent. 1489

SUA COMUNICAÇÃO DE
08.03.2018

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 2419/2015
N.º **1457**

DATA
06 JUN. 2018

ASSUNTO: Resposta à pergunta n.º 1457/XIII/3.^a de 8 de março de 2018 do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português (Deputado João Ramos) - Processo piloto de elaboração do cadastro predial.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V.Ex.^a a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

HA/MJP



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta n.º 1457/XIII/3.ª de 8 de março de 2018 do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português (Deputado João Ramos) - Processo piloto de elaboração do cadastro predial.

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, através do Senhor Deputado João Ramos, apresentou duas questões dirigidas ao Ministério da Justiça, que se esclarece.

O Cadastro Simplificado, que partiu de uma base zero e com oito meses de desenvolvimento, apresenta, à data de hoje, um conhecimento de **35,8%** da totalidade da área dos 10 municípios piloto, distribuída da seguinte forma:

- 41.168 ha em explorações agrícolas;
- 29.916 ha em matas nacionais florestas e baldios;
- 9.626 ha em explorações florestais;
- 2.196 ha em prédios arrendados; e
- 13.708 ha em prédios titulados com RGG exclusivamente declarados pelos titulares.

É um projeto que resulta de uma cooperação intensa entre Ministérios, organismos públicos, autarquias, associações e ordens profissionais do setor. Desta cooperação e do sucesso da medida verificou-se uma procura que importa dar resposta.

Para o efeito, o Ministério da Justiça em conjunto com outros Ministérios associados ao projeto BUPi encontram-se a implementar um conjunto de medidas, a saber:

- Com o apoio da Agência da Modernização Administrativa encontram-se duas carrinhas no terreno com técnicos que foram contratados pelos municípios e



que estão a ir ao encontro das pessoas que pretendam proceder à identificação do seu terreno;

- Paralelamente, para que as câmaras possam contratar mais técnicos, foi disponibilizado cerca de 250 mil euros pelo Ministério da Agricultura, o que permitirá aumentar os recursos humanos e a capacidade de resposta dos postos de atendimento;
- Além deste montante o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território irá reforçar o montante disponível, indo ao encontro das necessidades de resposta;
- Por último, além do desenvolvimento tecnológico e os meios humanos já alocados, o Ministério da Justiça, já finalizou os procedimentos de contratação e, ainda este mês, irá reforçar em 120 computadores e 40 impressoras os meios logísticos associados ao projeto.

Todas estas medidas vão sendo acompanhadas de uma monitorização constante dos agendamentos e da respetiva capacidade de resposta para que no mais curto espaço de tempo se possa recuperar 40 anos de informação incompleta sobre a estrutura fundiária e a titularidade dos prédios rústicos e mistos do país.

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça, 5 de junho de 2018